

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO.....	21
PREFÁCIO DA OBRA	23
CAPÍTULO I	
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO	25
1. Introdução.....	25
2. O Direito Civil e a transição do Estado Liberal para o Estado Social...	28
3. Liberalismo e Direito Civil.....	33
4. Estado Social e Direito Civil.....	39
5. Princípios Constitucionais e sua relevância para o direito civil.....	40
5.1. Princípios Constitucionais a serem observados nas relações jurídicas entre particulares.....	49
5.2. Diferenças entre regras e princípios.....	55
5.3. Princípio da dignidade da pessoa humana	66
5.4. Solidariedade Social e Igualdade Substancial.....	71
CAPÍTULO II	
TEORIA GERAL DA PERSONALIDADE CIVIL DA PESSOA HUMANA	75
1. Noções Gerais sobre a personalidade da pessoa humana	75
2. Evolução da ideia de pessoa e personalidade	77
3. Personalidade Jurídica e Capacidade	82
4. Aquisição e Início da Personalidade Jurídica da Pessoa Humana	87
5. Nascituro e Embrião – Personalidade Jurídica	100
5.1. ADI nº 3.510 – Pesquisas de Células-tronco Embrionárias.....	105
CAPÍTULO III	
TEORIA GERAL DA INCAPACIDADE DA PESSOA HUMANA	
CAPACIDADE DE DIREITO (GOZO OU AQUISIÇÃO) E DE FATO (EXERCÍCIO).....	121
1. noções gerais sobre capacidade de direito	121
2. Capacidade de Fato – Noções Gerais	122
3. Capacidade de Fato e Sua Nova Concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade Formal e Material.....	125
3.1 Incapacidade Material	125

3.2	Incapacidade Formal – Art. 3º e 4º do Código Civil	129
3.1.	Incapacidade Formal Absoluta	130
3.2.	Incapacidade Formal Relativa	140
•	Os Pródigos.....	144
4.	Proteção dos Incapazes – Disposições Específicas do Código Civil	151
4.1.	Benefício de Restituição	154
5.	Incapacidade e ilegitimação. Diferenças.....	157
6.	Cessaç�o da Incapacidade e Emancipaç�o	158

CAPÍTULO IV

TÉRMINO DA PERSONALIDADE CIVIL E REGISTRO DA PESSOA NATURAL

1.	Noç�es preliminares sobre o término da personalidade civil	171
1.1.	Morte Real.....	171
1.2.	Morte Presumida sem Decretação da Ausência	174
2.	Comori�ncia	176
3.	Registro Público e Pessoa Natural. Questões sobre Estado	178

CAPÍTULO V

TÉRMINO DA PERSONALIDADE CIVIL E AUSÊNCIA.....

1.	Considera�es Preliminares sobre o Instituto da Ausência	181
2.	Conceito de ausência.....	182
3.	Fases da Ausência – Procedimento	184
3.1.	Curadoria dos bens do ausente – 1ª fase.....	184
3.2.	Fase da Sucessão Provisória – 2ª Fase.....	189
3.3.	Fase da Sucessão Definitiva – 3ª Fase.....	202
4.	Hipótese Especial de Sucessão Definitiva.....	207
5.	Efeitos Extrapatrimoniais da Sucessão Definitiva	208

CAPÍTULO VI

TEORIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA HUMANA.....

1.	Considera�es Preliminares.....	213
2.	Evolução dos Direitos da Personalidade – Origem Histórica.....	214
3.	Conceito dos Direitos da Personalidade	220
4.	Objeto dos Direitos da Personalidade.....	223
5.	Fontes dos Direitos de Personalidade.....	225
6.	Características dos Direitos da Personalidade.....	231
7.	Direitos da Personalidade, Eficácia Horizontal e Liberdades Públicas..	248
8.	Direitos da Personalidade, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	264
9.	Classificação dos Direitos da Personalidade	265
9.1.	Classificação – Direito � Vida e Integridade Física	266
9.2.	Classificação dos Direitos da Personalidade – Direito ao Nome ...	283
9.3.	Classificação dos Direitos da Personalidade – Integridade Moral – Imagem e Honra.....	298

9.4. Classificação dos Direitos da Personalidade	
- Direito à Intimidade e vida privada.....	307

CAPÍTULO VII

PESSOA JURÍDICA – TEORIA GERAL	315
1. Princípios	315
2. Origem. Evolução da Pessoa Jurídica como conceito e sujeito de direito	320
3. Existência e Natureza da Pessoa Jurídica. Teorias.....	323
3.1. Teoria da Ficção Legal	325
3.2. Teoria da Realidade Objetiva ou Orgânica.....	327
3.3. Teoria da Realidade Técnica	327
3.4. Teoria Institucional.....	330
4. Conceito de Pessoa Jurídica	331
5. Requisitos ou Pressupostos para a Existência da Pessoa Jurídica. Aquisição da Personalidade Jurídica	332
6. Personalidade e Efeitos.....	334
6.1. Responsabilidade Civil da Pessoa Jurídica. No âmbito Contratual e Extracontratual	339
6.1.1. Teoria Ultra Vires e Teoria da Aparência. Análise do Artigo 47 do Código Civil em Confronto com Essas Teorias	344
6.1.2. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	350
7. Pessoa Jurídica. Direitos que Decorrem da Personalidade.....	362
8. Desconsideração da Personalidade Jurídica da pessoa Jurídica no Código Civil.....	366
8.1. Terminologia e Conceito	367
8.2. Evolução da Teoria <i>Disregard Doctrine</i>	370
8.3. Teoria Maior e Teoria Menor da Desconsideração.....	372
8.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil – artigo 50	378
8.5. A teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Questão da Responsabilidade Direta dos Administradores. Análise Crítica.....	387
9. Modificação e Extinção da Pessoa Jurídica	388
10. Classificação das Pessoas Jurídicas.....	389
10.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público Externo e Interno	389
10.1.1. Autarquias, Associações Públicas e outras Entidades de Caráter Público, Criadas por Lei.....	391
10.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	398
10.2.1. Associações.....	398

10.3. Fundação Privada.....	409
10.4. Sociedades Empresárias e Simples	416
10.4.1 Empresa Individual de responsabilidade Limitada – EIRELI... ..	419
10.5. Organizações religiosas.....	421
10.6. Partidos Políticos.....	422
10.7. Entes despersonalizados.....	423

CAPÍTULO VIII

TEORIA DO DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL E JURÍDICA..... 425

1. Considerações Preliminares. Conceito de Domicílio	425
1.1. Elementos do Domicílio, Segundo a Definição Legal	426
1.2. Domicílio da Pessoa Natural. Pluralidade.	428
1.3. Domicílio Desvinculado da Residência.....	430
2. Mudança ou Alteração do Domicílio	431
3. Domicílio Necessário e Legal	432
4. Domicílio das Pessoas Jurídicas.....	434
5. Domicílio de Eleição	436

CAPÍTULO IX

TEORIA DOS “BENS JURÍDICOS”. OBJETO DE DIREITOS 439

1. Sistematização dos Bens no Código Civil.....	439
2. Análise dos Termos: “Bem Jurídico” e “Coisa”.....	440
3. Definição de “Bem Jurídico”. Conceito.....	442
4. Estrutura do Objeto da relação jurídica.....	443
5. Disciplina dos Bens corpóreos e Incorpóreos.....	446
6. A questão do “Patrimônio”	449
7. Classificação dos bens no Código Civil – Bens reciprocamente considerados – Bens Considerados em si mesmo e Bens públicos e Privados.....	457
7.1. Os Bens em si Considerados.....	458
7.1.1. Bens Imóveis e Bens Móveis.....	458
7.1.2. Bens Fungíveis e Infungíveis	472
7.1.3. Bens Consumíveis	477
7.1.4. Bens divisíveis e Indivisíveis	479
7.1.5. Bens singulares e Coletivos.....	481
7.1.6. Bens fora de comércio	486
7.2. Os bens reciprocamente considerados	486
7.2.1. Análise dos bens principais e acessórios. Características	486
7.2.2. Pertenças. Conceito. Natureza e Regime Jurídico.....	499
8. Bens Públicos e Bens Privados.....	513
9. Bem de Família.....	525

CAPÍTULO X

TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO.....	537
1. Noções Preliminares.....	537
2. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo.....	540
2.1. Fato Jurídico em Sentido Estrito	543
2.2. Ato-fato jurídico	545
2.3. Ações humanas – Lícitas (Ato Jurídico em Sentido Amplo) e Ilícitas	549
2.B.1. Ato Jurídico em Sentido Estrito	550
2.3.2. Teoria do Negócio Jurídico – Considerações Preliminares.	555
2.3.2.1. Autonomia da Vontade e Autonomia Privada. Evolução	555
2.3.2.2. Negócio Jurídico – Conceito.....	562
2.3.2.3. Regras de interpretação do negócio jurídico. Considerações Preliminares.....	565
2.3.2.4. Interpretação do Negócio Jurídico. Teorias da Vontade e da Declaração	565
2.3.2.5. Interpretação do Negócio Jurídico – Boa-Fé	572
2.3.2.5. Interpretação dos Negócios Jurídicos: Benéficos e a Renúncia	576
2.3.2.6. Interpretação do Negócio Jurídico e o Silêncio	579
2.3.2.7. Interpretação do Negócio Jurídico e “Teoria da Reserva Mental”	581
2.3.2.8. Existência, Validade e Eficácia do Negócio Jurídico	584
2.3.2.9. Pressupostos de Existência	585
2.3.2.10. A Controvertida Questão da Causa do Negócio Jurídico	587

CAPÍTULO XI

TEORIA DA REPRESENTAÇÃO.....	607
1. Noções Preliminares.....	607
2. Conceito de Representação.....	607
3. Representação Própria e Representação Imprópria (Interesses e Interposição).....	609
4. Representação Aparente e a Questão do Poder na representação	613
5. Espécies de Representação – Legal e Convencional.....	617
6. Representação Convencional e Teoria da Separação.....	624
7. Representação e Contrato Consigo Mesmo.....	627
8. Conflito de Interesses entre Representante e Representado.....	632

CAPÍTULO XII**ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO. CONDIÇÃO. TERMO. ENCARGO..... 635**

1. Considerações Preliminares..... 635
2. Condição - Artigos 121 a 130..... 636
 - 2.1. Condição e Licitude - Condições Ilícitas e Proibidas..... 640
 - 2.2. Condição e Possibilidade 642
 - 2.3. Condição - Modo de Atuação - Suspensiva e Resolutiva 644
3. Termo 652
4. Encargo - Artigos 136 e 137..... 654

CAPÍTULO XIII**TEORIA DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO..... 657**

1. Introdução..... 657
2. Erro ou Ignorância - Artigos 138 a 144 do Código Civil..... 659
 - 2.1. Erro de Direito 668
 - 2.2. Erro Vício e Erro Obstáculo 670
 - 2.3. Erro e Vício Redibitório 671
 - 2.4. Erro e Motivo - o Problema do Falso Motivo 671
 - 2.5. Transmissão Errônea da Vontade 673
 - 2.6. Erro de Cálculo 674
 - 2.7. Erro de Indicação da Pessoa
ou de Coisa - Conservação do Negócio Jurídico 675
 - 2.8. Erro não Prejudicial à Validade do Negócio 675
3. Dolo - Artigos 145 a 150 do CC 676
 - 3.1. Dolo Principal e Dolo Acidental 677
 - 3.2. Dolo Positivo e Dolo Negativo..... 680
 - 3.3. Dolo do Próprio Interessado e Dolo de Terceiro 681
 - 3.4. Dolo do Representante Legal e Convencional 683
 - 3.5. Dolo Bilateral ou Recíproco..... 684
4. Coação - Artigos 151 a 155 do CC 684
 - 4.1. Coação Exercida por Terceiro 691
5. Lesão - Art. 157 do Código Civil 693
 - 5.1. Introdução 693
 - 5.2. Evolução e história da Lesão até sua introdução na
legislação civil 694
 - 5.2.1. Lesão no Código de Defesa do Consumidor 697
 - 5.3. Princípios e Fundamentos da lesão 698
 - 5.4. Espécies de Lesão 700
 - 5.4.1. Lesão Civil - Artigo 157 do Código Civil 702
 - 5.5. Lesão e contratos aleatórios 707
 - 5.6. Efeitos da Lesão e Princípio da Conservação ou
Preservação do Negócio Jurídico 711

5.7. Momento da Lesão	714
6. Estado de perigo – Art. 156 do Código Civil.....	714
7. Fraude contra credores – Artigos 158 a 165 do Código Civil.....	720
7.1. Considerações Preliminares	720
7.2. Caracterização da Fraude – Elementos	721
7.2.1 Elementos da Fraude contra Credores.....	722
7.3. Elementos da Fraude e Natureza dos Negócios Jurídicos.....	724
7.4. Preservação do Negócio Jurídico em que se Caracteriza a Fraude.....	727
7.5. Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?.....	728
7.6. Processo e ação Pauliana – Efeitos da Ação Pauliana	731
7.7. Presunção de Boa-fé em Relação A Atos e Negócios Praticados por Devedor Insolvente	734
7.8. Casos específicos de Fraude.....	735
7.9. Fraude à Execução e Fraude Contra Credores – Breves Considerações	736

CAPÍTULO XIV

TEORIA DA “INVALIDADE” DO NEGÓCIO JURÍDICO	741
1. Considerações Preliminares.....	741
2. Espécies de Invalidade – Ato e Negócio Nulo e Anulável – nulidade e anulação – Regimes Jurídicos	744
2.1. Hipóteses Legais de Nulidade	745
2.2. Simulação.....	750
2.2.1. Considerações Preliminares – Introdução	750
2.2.2. Conceito de Simulação.....	752
2.2.3. Espécies de Simulação	754
2.2.4. Legitimidade.....	758
2.2.5. Simulação Objetiva e Subjetiva e Casos Específicos de Simulação	759
2.2.6. Tutela aos Interesses de Terceiro de Boa-Fé	761
2.2.7. Simulação e Reserva Mental	762
2.3. Legitimidade para Arguir a Nulidade e Reconhecimento de Ofício	764
2.4. Confirmação e Convalescimento do Negócio Nulo pelo Decurso do Tempo	765
2.5. “Conversão” do Negócio Jurídico Nulo	768
2.6. Resumo do Regime das Nulidades	772
3. Ato ou negócio Jurídico Anulável – regime Jurídico	772
3.1. Hipóteses legais de Anulação	773

3.2. Legitimidade para Anulação e Possibilidade de Reconhecimento de Ofício	775
3.3. Confirmação ou Convalescimento do Ato ou Negócio Jurídico Anulável	777
3.4. Prazo para o Legitimado Requerer a Anulação.....	778
3.5. Convalescimento do ato ou Negócio pela Autorização Posterior de Terceiro.....	780
4. Invalidade do Instrumento e Invalidade Parcial (redução do negócio jurídico).....	781
5. Efeitos do Negócio Nulo e Anulável – Nulidade de Pleno Direito e Tutela dos Interesses de Terceiros de boa-fé	783

CAPÍTULO XV

TEORIA DO ATO ILÍCITO E ABUSO DE DIREITO	789
1. Considerações Preliminares sobre o ato ilícito	789
2. Ato ilícito – Elementos – artigo 186.....	795
2.1. Nexo de Causalidade e Responsabilidade Civil.....	799
2.2. Dano e Responsabilidade Civil.....	805
2.3. Conclusão do Ato Ilícito.....	807
3. Ato Ilícito Subjetivo do Artigo 186	810
e Consequente Responsabilidade civil	810
4. “Diferença” entre Responsabilidade Civil Contratual e Responsabilidade Civil Extracontratual	812
5. Ato Ilícito Objetivo como Fonte de Responsabilidade Civil	813
6. Teoria do Abuso de Direito e Ilícito Objetivo.....	815
6.1. A Questão da Boa-Fé Objetiva e da Culpa na Teoria do Abuso de Direito	820
6.2. Casos Específicos de Abuso de Direito	823
6.3. Proibição do Comportamento Contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>), <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>), <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>) e <i>tu quoque</i>	825
6.3.1. <i>Supressio – Surrectio – Tu Quoque</i>	831
7. Causas Excludentes da Illicitude.....	835

CAPÍTULO XVI

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	837
1. Considerações Preliminares. Conceito de Prescrição e Decadência.....	837
2. Prescrição	839
2.1. Requisitos para a Caracterização da Prescrição	842
2.2. Exceção e Prescrição	843
2.3. Prescrição e Renúncia	844
2.4. Prazo de Prescrição e alteração	848

2.5. Prescrição e Momento para Alegação.....	848
2.6. Prescrição e Responsabilidade Civil	850
2.7. Prescrição e Sucessão	851
2.8. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	851
2.9. Causas Interruptivas da Prescrição	859
2.9.1. Legitimidade para interromper a prescrição e efeitos da interrupção da prescrição.....	865
2.10. Prazos de Prescrição	866
3. Decadência.....	875

CAPÍTULO XVII

PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	879
1. Considerações Preliminares.....	879
2. Meios de Prova do Fato Jurídico	881
2.1. Confissão	882
2.2. Documento.....	884
2.3. Testemunhas.....	888
2.4. Presunções	891
2.5. Perícia	892
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	893